

Na mesa da Comissão, Scalco (à esq., ao fundo), José Richa, Paulo Afonso e o presidente, Afonso Arinos

Discussões regimentais emperram as votações na Sistematização

Da Sucursal de Brasília

A votação da nova Constituição emperrou, ontem, por uma interminável discussão de normas regimentais e pela incapacidade do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, de comandar os debates. Às 19h33, reagindo a uma tentativa da mesa de suspender a sessão, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), pediu, nervoso, recebendo aplausos, que a mesa "assumisse suas responsabilidades ou renunciasse".

"Não é possível que o país inteiro continue esperando decisões e nós aqui discutindo regimento", afirmou Cardoso. Até então, depois de mais de quatro horas de debates, apenas uma emenda havia sido discutida e rejeitada. Aluizio Campos (PMDB-PB), que substituíra Arinos por ser o primeiro vice-presidente, prorrogou a sessão.

Aborto

Houve uma tentativa para votar uma emenda que alterava o artigo quinto da nova Constituição, incluindo no "caput" (início do capítulo) a proteção à vida desde sua concepção. A proposta do senador José Richa (PMDB-PR) foi defendida pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), mas não chegou a ser votada. Essa emenda provocou um debate quase só de temas regimentais por mais de



Caos pode provocar a deposição de Arinos

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

A condução dos trabalhos da Comissão de Sistematização era feita ontem de maneira tão inequivocamente caótica que, para uma reunião de lideranças convocada de improviso ao fim da noite, o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP) não descartava a possibilidade de se depor a mesa encabeçada pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

Mesmo que, por respeito a seu currículo, não se tenha chegado a uma solução tão radical, o fato é que a confusão permitiu que circularassem acusações de que os trabalhos estavam sendo propositalmente obstruídos. "Estão querendo ganhar tempo para que a bancada evangélica, que não trabalha aos domingos, possa

duas horas. Além de tentar estabelecer a proibição do aborto no novo texto constitucional, a emenda de Richa alterava outros pontos do capítulo primeiro.

Richa pretendia que cada uma das alterações fosse votada em separado, mas a resposta era anti-regimental. No início da sessão, Arinos, entretanto, permitiu que uma emenda do deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) fosse votada dessa forma. Por ter quebrado o regimento interno, Arinos perdeu o controle da discussão. Depois de acalorados debates entre os constituintes, o senador paranaen-

votar a proibição do aborto", sentenciava o deputado Cunha Buenc (PDS-SP). Ou então: "O PDS e o PFL estão ganhando tempo para que o governo recomponha suas bases e solte sobre a gente seu rolo compressor", dizia José Genoíno (PT-SP). Mais realista —na medida em que nada indicava que a culpa cabia a um grupo específico—, José Serra (PMDB-SP) afirmou que havia em verdade "uma irresponsabilidade patente dentro da própria comissão".

Prova: pouco antes da sessão se encerrar, às 20h25, o deputado Aloisio Campos (PMDB-PB), presidindo a mesa, colocou em votação proposta de participação dos usuários na administração dos serviços públicos, absurdamente abrindo o capítulo de direitos e garantias individuais.

se retirou o pedido de destaque referente ao artigo do aborto.

Foi a segunda grande briga regimental da sessão. Por 45 minutos, Arinos interrompeu os debates para tentar solucionar uma dúvida suscitada pelo deputado José Genoíno (PT-SP). Ele convocou um "pequeno comitê", composto por quatro parlamentares, e solucionou o problema. Em muitos momentos, Arinos manifestou sua perplexidade diante das manobras promovidas pelos constituintes e pelas normas regimentais. "A mesa está lenta", disse o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), cauteloso em sua declaração.